



## **Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais**

### ***Tradition and memory: an anthroponymic study of the names of the city of Ponte Nova – Minas Gerais***

Glauciane da Conceição dos Santos Faria

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

glaucianecsantos@yahoo.com.br

**Resumo:** O homem usa do léxico para exprimir suas ideias e sentimentos e para exprimir seu universo. Partindo desse princípio, esta pesquisa teve como objetivo apresentar uma nova proposta de classificação para a taxa dos antropotônimos, contribuindo, assim, com a memória cultural da cidade de Ponte Nova (MG) por meio da investigação da Toponímia urbana. Adotaram-se como princípios teórico-metodológicos, recomendações da Toponímia e de disciplinas afins, com ênfase no modelo de classificação taxionômica de Dick (1990). Esta pesquisa insere-se no Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, sediado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG). Esse projeto caracteriza-se como um estudo dos nomes de lugares que abrangem todo o território mineiro. Seguindo uma metodologia comum, usada por diferentes pesquisadores, em vários estados, o Projeto ATEMIG adota o “método das áreas” ou dialetológico, utilizado por Dauzat (1926), e as categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, sugeridas por Dick (1990). O *corpus* constituiu-se dos 410 antropotônimos presentes no total de logradouros urbanos da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais e foram analisados e organizados de acordo com a data em que foram criados, com a mudança de nomenclatura, com o gênero que representam, com a diferença gráfica entre os nomes grafados nas placas e os oficiais apresentados nas leis e decretos.

**Palavras-chave:** léxico; Toponímia; Antroponímia; Ponte Nova; Minas Gerais.

**Abstract:** Human kind uses the lexicon to express its ideas and feelings, to express its universe. Based on this principle, this research had as objective to present a new classification proposal for the taxon of anthropotonyms, thus contributing to the cultural memory of the city of Ponte Nova (MG) through the investigation of urban Toponymy. As theoretical-methodological principles, recommendations from Toponymy and related disciplines were adopted, with emphasis on the taxonomic classification model of Dick (1990). This research is part of the ATEMIG Project – Toponymic Atlas of the State of Minas Gerais, headquartered at the Faculdade de Letras at Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG). This project is characterized as a study of the names of places that cover the entire territory of Minas Gerais. According to a common methodology used by different researchers in several states, the ATEMIG Project adopts the “area method” or dialectological method used by Dauzat (1926) and the taxonomic categories that represent the main motivational patterns of toponyms in Brazil, suggested by Dick (1990). The corpus for this research consisted of the 410 anthropotonyms present in the urban addresses in the city of Ponte Nova – Minas Gerais. They were analyzed and organized according to: the date they were created, the changes of nomenclature, the gender they represent, the graphical difference between the names written on the plates and the officers presented in laws and decrees.

**Keywords:** lexicon; Toponymy; Anthroponymy; Ponte Nova; Minas Gerais.

Recebido em 3 de janeiro de 2018.

Aceito em 11 de fevereiro de 2018.

## **Introdução**

Investigar a nomeação dos logradouros em uma determinada localidade constitui-se como um pertinente trabalho na área da Onomástica, mais especificamente na Toponímia, pois o estudo linguístico dos nomes de lugares está diretamente ligado ao contexto histórico-político da comunidade em que se encontram inseridos.

A possibilidade de se classificarem os variados topônimos de uma cidade, região, Estado mostra a importância das pesquisas toponímicas para o resgate e preservação da história de um povo, pois o estudo da toponímia permite que se conheça a relação entre o ser humano e o espaço em que ele vive.

Dessa forma, este artigo tem a finalidade de apresentar, por meio de um estudo antrotoponímico, uma nova proposta de classificação para a taxa dos antrotopônimos apresentada na tese de doutorado de Santos (2017).

A pesquisa constituiu-se de um estudo dos logradouros urbanos ponte-novenses que recebem nomes de pessoas, ou seja, os antropotopônimos, e pretendeu levantar a questão da importância da valorização dos nomes de pessoas por meio de reflexões acerca da toponímia e, principalmente, da classificação antroponímica.

Foram adotados, como princípios teórico-metodológicos, as recomendações da Toponímia e de disciplinas afins, com ênfase no modelo de classificação taxionômica de Dick (1990), no qual a autora propõe que os topônimos possam ser classificados levando em consideração 27 *taxes*, divididas em dois grupos: de natureza física e de natureza antropocultural.

A pesquisa teve como primeiro objetivo listar todos os antropotopônimos urbanos existentes na cidade de Ponte Nova, posteriormente, buscou-se encontrar a biografia das pessoas homenageadas com seus nomes nesses logradouros, procurando resgatar, assim, parte da história e da memória da cidade. Esses dados, junto às fotos dos logradouros e suas placas, às fotos das pessoas homenageadas, às leis de criação do logradouro e à biografia dos homenageados formaram as fichas toponímicas.

Vinculada ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais –, sediado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, o estudo contou com um banco de dados composto pelos 540 logradouros existentes na cidade de Ponte Nova. Dentre eles, foi selecionado o *corpus* da pesquisa, constituído pelos 410 antropotopônimos urbanos existentes no município. Esses dados foram analisados quantitativa e qualitativamente, ordenando-os pela data de criação, verificando o percentual dos gêneros (masculino e feminino) por eles representados, a variação gráfica entre o nome oficial e aqueles apresentados nas placas e nos mapas, dispondo-os de acordo com a classificação toponímica apresentada por Dick (1990).

Assim, por meio da apreciação dos dados, percebeu-se que a proposta de classificação apresentada por Dick (1990) não seria suficiente para análise de todos eles. Portanto, foi apresentada uma nova proposta de classificação para a *taxe* dos antropotopônimos que poderia não apenas melhor representar os dados da pesquisa em questão, mas também de outras que possam surgir na área da Toponímia.

## 1 O Léxico

Partindo do princípio de que a língua não somente representa, mas também faz parte da cultura de um povo, podemos afirmar que essa expressão cultural é constituída pelos falantes, podendo ser observada, principalmente, pelo conhecimento do seu léxico. Biderman (2001) corrobora essa afirmação, quando afirma que o sistema léxico “é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 2001, p. 179). Por meio dessa afirmação da autora, pode-se asseverar que o léxico nos permite o acesso à cultura de várias gerações de um povo.

Sobre essa reflexão a respeito da definição do léxico, Seabra (2004, p. 34) defende a ideia de que os diversos momentos históricos de uma comunidade são refletidos pelas unidades lexicais, pois elas “recortam o universo em categorias que variam, exprimindo visões particulares de mundo”. Ainda sob o olhar da autora, as unidades lexicais constituem a reserva na qual as pessoas alocam as palavras no ritmo de suas necessidades, pois elas refletem a “multiplicidade do real”. Desse modo, o léxico forma um conjunto aberto e não autônomo, não se constitui como um sistema de sentido restrito e por isso sua descrição não é algo sistemático e simples.

Faz-se importante frisar que o léxico não é algo fechado, ou seja, ele é dinâmico, pois está intimamente ligado ao papel social exercido por seus usuários.

Quando se aborda a questão que trata sobre língua e sociedade, necessário é remeter-se a Sapir, pois o autor aponta que os seres humanos vivem em sociedade quase que em favor da língua.

A linguagem é um guia para a ‘realidade social’. [...]. Os seres humanos não vivem só no mundo objetivo, ou só no mundo da atividade social como normalmente se admite, mas vivem quase totalmente à mercê da língua específica que se tornou o meio de expressão para a sua sociedade. É ilusório imaginar que alguém possa fundamentalmente ajustar-se à realidade sem o uso da linguagem e que a língua seja apenas um recurso qualquer para resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O fato é que ‘o mundo real’ é, em grande parte, construído inconscientemente sobre a base dos hábitos linguísticos do grupo. Não existem duas línguas, por mais semelhantes que sejam, que possam ser consideradas como representantes da mesma realidade

social. Os mundos em que vivem as diferentes sociedades humanas são mundos distintos e não um só e mesmo mundo, ao qual se teriam apostado etiquetas diferentes. (SAPIR, 1947, p. 11)

Diante dessa perspectiva de inseparabilidade entre língua e sociedade, não se deve considerar o léxico como algo isolado, deve-se sempre enxergá-lo como pertencente a um grupo, pois ele constitui-se como o meio mais importante de representação do mundo. Ao se analisar a dimensão social da língua, pode-se entender o léxico enquanto um patrimônio social da comunidade por excelência, assim como outros símbolos que compõem a herança cultural. Para Matoré (1953, p. 62), “As palavras no interior do grupo não têm todas o mesmo valor: constituem uma estrutura hierarquizada. Esta estrutura é móvel; os movimentos a que obedecem as palavras e os grupos de palavras têm uma maneira correlativa: um vocabulário é um todo, como a época que ele representa.”

Neste artigo, ao focar na Toponímia urbana de Ponte Nova, uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais, estuda-se o léxico como parte viva da língua, como objeto que permite valorizar a memória cultural não só dos moradores, mas também daqueles que de alguma forma têm ligação com a cidade. Essa postura remete ao pensamento de Isquierdo e Oliveira (2001, p. 91), pois, para as autoras, elementos significativos ligados “à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo” podem ser retirados de dados que o estudo do léxico regional pode nos oferecer.

## **2 A Onomástica**

A Onomástica constitui-se como a área da linguística que tem como objeto de estudo o nome próprio considerado de forma genérica. Esta possui duas áreas de estudo: a Antroponímia e a Toponímia. A primeira ocupa-se em estudar os nomes próprios de pessoas, sejam eles prenomes, sobrenomes, apelidos, e pode, ainda, esclarecer sua origem, evolução, variação em função da época, dos costumes, dos lugares; enquanto a segunda centra-se no estudo dos nomes de lugares, os topônimos.

De acordo com Ramos e Bastos (2010), a origem da Onomástica está ligada às tradições gramaticais greco-latinas e vem desde as ideias que iniciaram o estudo filosófico sobre o nome. Essa área, porém, começou a receber um olhar científico apenas no final do século XIX e início do XX.

Sua origem remonta às primeiras especulações filosóficas sobre o nome e, no Ocidente, está intimamente ligada às tradições gramaticais greco-latinas, já que a distinção entre nome comum e nome próprio começa a ser elaborada por Dionísio de Trácia, primeiro gramático grego. Contudo, um tratamento científico para esses temas só surgiu com o advento do Estruturalismo Linguístico, na virada dos séculos XIX e XX, época em que se privilegiou o enfoque da ciência dos signos, a semiótica ou semiologia, do qual a onomástica passou a ser considerada um capítulo. (RAMOS; BASTOS, 2010, p. 87).

Os estudos dos dois campos da Onomástica permitem que, no futuro, possa-se conhecer atitudes e posturas sociais, pois tanto a Toponímia quanto a Antroponímia são, nas palavras de Dick (1990, p. 178), “fontes de conhecimentos tão excelentes quanto as melhores evidências documentais”, portanto responsáveis pela preservação dos fatos culturais de uma determinada região. Para a autora, por meio dos atos denominativos, podemos perceber homenagens vistas como atos bajuladores, que são comuns desde a época do descobrimento. Pode-se afirmar também que, nessa atividade nomeadora, há uma nivelção das pessoas, pois tanto aqueles que são bons ou não, influentes ou anônimos, podem ser homenageados, tendo seu nome perpetuado em um topônimo.

## **2.1 A Toponímia**

A Toponímia é a disciplina da Onomástica que investiga os nomes próprios de lugares, ou seja, o léxico toponímico, considerando-o como expressão linguístico-social, que reflete aspectos históricos e culturais de um núcleo humano existente ou preexistente.

O nome próprio de um lugar constitui-se junto ao acidente geográfico, o que Dick (1990, p. 10) chama de “conjunto ou relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores”. Dessa relação, pode-se depreender dois termos: aquele relativo à entidade geográfica, que se denomina elemento ou termo genérico; e o topônimo propriamente dito, chamado de termo específico. Ambos podem se realizar de forma justaposta ou aglutinada, de acordo com a natureza da língua que os inscreve.

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. (DICK, 1990, p. 47).

A Toponímia tem como conceito tradicional o estudo dos nomes de lugares, porém ela exerce um papel para além da nomeação, pois permite que seja estudada a vivência humana e, que por meio dela, sejam preservadas as tradições de um povo. A pesquisa toponímica permite que sejam observadas questões sociais, visto que o nome dado a um lugar traz uma grande carga significativa. Além disso, por meio dele, tornam-se sobrejacentes questões de cunho geográfico, artístico, religioso e cultural. Possibilita ainda não só ao estudioso, mas também a todos de uma forma geral, o resgate linguístico, histórico e social do nome, uma vez que, conforme Dick (1990), o estudo dos nomes próprios de lugares permite que se transite não apenas pelo campo da linguística, mas também nos campos de outras disciplinas, tais como história, geografia, antropologia.

De acordo com a autora,

a Toponímia, como disciplina do saber humano, reúne, também, as condições intrínsecas necessárias para uma pesquisa em profundidade de tais especificações antropológicas. Ao especialista da matéria abre-se, dessa forma, um amplo campo de investigações e não será pretensioso de sua parte objetivar o encontro de vinculação entre o nome de lugar e as características que subordinam o denominador à sua época. [...] [o topônimo] reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa. Um solo agreste, um clima árido, uma vegetação pobre ou abundante, uma escassez hidrográfica, a peculiar atividade regional ou, por outro lado, a relativa segurança econômica e as tendências artístico-religiosas predominantes na localidade, tendem a configurar, com precisão, o sistema toponímico em espécie, aberto a todas as feições culturais. (DICK, 1990, p. 48).

Para Carvalho (2014), na atualidade, a Toponímia deixa de ser vista como método que se volta somente para o estudo etimológico dos nomes e adota um “caráter científico com corpo metodológico específico”. Para a autora, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas têm

trazido à tona uma “cultura partilhada socialmente pelo grupo social” de uma determinada área geográfica (CARVALHO, 2014, p. 61).

## 2.2 A Antroponímia

A realidade é nomeada pela palavra. Essa ação de nomear é específica do ser humano e é resultante de um processo de categorização que possibilita organizar o conhecimento. Sendo o ser humano o único que se utiliza das palavras para fazer referências extralinguísticas, a nomeação, então, permite que seja realizada uma categorização, ou seja, os objetos podem ser classificados de acordo com estímulos que o meio ambiente exerce sobre o homem.

De acordo com Biderman,

o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico de conhecimento humano do universo. Ao identificar semelhanças e, inversamente, discriminar os traços distintivos que individualizam esses referentes em entidades distintas, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. É esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais. (BIDERMAN, 1998, p. 91)

Biderman, ao falar sobre os termos técnicos, defende que eles são universais, internacionais, pois aquele pertencente a uma língua A tem equivalente idêntico em outra língua B. Porém, esses termos não são os únicos cujo conceito é “dependente” do universo extralinguístico; esse fenômeno também ocorre com o nome próprio.

De acordo com Amaral (2011, p. 64), inclui-se na classe *nomes próprios* uma série de membros bastante heterogêneos e, devido a isso, são várias as tentativas de classificá-los. Apesar dessa não concordância entre os autores quanto a uma classificação dos nomes próprios, tem-se um ponto em comum: todas as definições abrangem os antropônimos – nomes de pessoas – e os topônimos – nomes de lugares. O autor, em seu artigo “Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro”, primeiro apresenta algumas propostas de classificação de vários autores para os antropônimos e, em seguida, apresenta a sua própria classificação.

Ainda segundo Amaral (2011), os antropônimos poderiam ser divididos em dois grandes grupos, sendo o grupo 1 o dos ortônimos e o 2, dos alônimos. O autor classifica como ortônimo “o nome civil completo” e apresenta, como constituidores do grupo, o prenome e o sobrenome.

O sobrenome é/são o(s) antropônimo(s) que está(ão) após o prenome. Nas palavras de Amaral, “por *sobrenome* identificamos o(s) antropônimo(s) que sucede(m) o prenome (seja este simples ou composto). Também é denominado *nome de família*. Geralmente, é transmitido de pais para filhos” (AMARAL, 2011, p. 70). O autor chama a atenção para um subtipo especial de sobrenome, formado pelos itens Filho, Neto, Sobrinho, Junior e Segundo, pois eles marcam uma relação entre dois indivíduos, de modo geral, considerados parentes.

Passemos agora a tratar do grupo dos alônimos, que são subdivididos pelo autor em: hipocorísticos, apelido ou alcunha, pseudônimo ou codinome, heterônimo, nome artístico ou nome de palco e nome de guerra.

Os alônimos vão de encontro à definição dos ortônimos. Enquanto estes são os antropônimos considerados como oficiais, aqueles são os antropônimos que não correspondem aos nomes oficiais atribuídos aos indivíduos pela lei (AMARAL, 2011, p. 71).

Os alônimos são subdivididos em 6 grupos. Vejamos uma sucinta definição para cada um deles:

- i) **hipocorísticos**: são aqueles formados por uma alteração morfológica de outros sobrenomes. Podem, ainda, ser formados por diminutivo, aumentativo. Normalmente, são usados por familiares e distinguem-se dos apelidos por terem sua origem em outro nome próprio.
- ii) **apelido ou alcunha**: “é atribuído ao indivíduo geralmente por outra pessoa. Alude a uma característica física ou intelectual e pode ou não ser depreciativo”.
- iii) **pseudônimo ou codinome**: é usado no lugar do nome civil e distingue-se do apelido pelo fato de ser escolhido pelo portador do antropônimo. Quando adotado para atividades lícitas, tem reconhecimento oficial e pode ser usado para encobrir ou nomear um plano de ação ou uma organização e também para resguardar a identidade de um indivíduo.
- iv) **heterônimo**: ocorre quando o portador do antropônimo cria o nome de um indivíduo fictício.
- v) **nome artístico ou nome de palco**: é o nome pelo qual a pessoa é conhecida em sua atividade profissional.
- vi) **nome de guerra**: de acordo com Amaral

(2011, p.75), “em princípio, o nome de guerra poderia ser confundido com o nome artístico. Mas tem uma abrangência maior, na medida em que não se aplica somente ao meio artístico parece ser comum no âmbito militar, entre outros”.

### 3 Procedimentos metodológicos e análise dos dados

Adotando os princípios apresentados por Dauzat (1926) e Dick (1990) a respeito da onomástica, este trabalho constitui-se num recorte da pesquisa de Santos (2017), na qual foram analisados os antropotopônimos que fazem parte do complexo toponomástico urbano da cidade de Ponte Nova.

Sendo o aspecto semântico do topônimo ligado às manifestações culturais de um povo, a história de uma comunidade, vista pelos nomes de seus logradouros, mais especificamente daqueles cuja nomeação é motivada por nomes de pessoas, permite que se resgate boa parte da memória histórico-cultural do lugar.

O *corpus* da pesquisa foi constituído primeiramente pela consulta à Lei 3445/2010. Por ser a mais recente que contém “todos” os nomes de logradouros da cidade, dispõe sobre o uso e a ocupação do solo. Em seguida, foi realizada uma busca no *site* da Câmara de Vereadores de todas as leis publicadas após 2010 até o ano de 2017, que têm por objetivo dar nomes a logradouros. Assim, chegou-se a um número total de 540 logradouros, dos quais foi retirado o *corpus* composto pelos 410 antropotopônimos urbanos existentes na cidade, exceto aqueles que fazem parte dos dois distritos, Pontal e Vau Açu.

Os dados, analisados qualitativa e quantitativamente, foram apresentados no formato de ficha toponímica adaptada de Filgueiras (2011), na qual foram apresentadas as seguintes informações sobre os logradouros: i) nome oficial que consta na lei municipal de criação, ii) nome anterior (caso tenha havido); iii) localização do logradouro; iv) número da lei ou decreto de criação; v) imagem da pessoa homenageada; vi) imagem de localização da rua no mapa, vii) foto(s) da(s) placa(s); viii) foto do logradouro; ix) nome oficial, o que aparece no mapa e o que é registrado na(s) placas(s); x) dados biográficos da pessoa que tem seu nome “emprestado” ao logradouro; xi) fontes utilizadas.

Na parte que diz respeito às informações sobre os logradouros, em “nome oficial na lei municipal”, foi apresentado aquele encontrado

na lei ou decreto de criação do logradouro. O nome anterior corresponde àquele que, quando existiu, pode ser encontrado na lei ou decreto de criação que dá “novo” nome ao logradouro.

A localização diz respeito ao bairro em que o logradouro se encontra de acordo com a lei de criação dele, quando não encontrada, optou-se pelo qual é identificado de acordo com a Lei 3445/2010 que dispõe sobre ocupação, uso do solo e zoneamento do Município de Ponte Nova.

No quadro no canto superior direito, quando possível, foi apresentada uma foto da pessoa que dá nome à rua.

Na parte reservada para a imagem do mapa, em geral, utilizou-se imagens retiradas do site “Google maps”, conforme pode ser visto na figura 1. Quando não encontradas no referido *site*, utilizou-se um recorte do mapa da cidade fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Ponte Nova.

Todas as fotos apresentadas no item “foto do logradouro” foram feitas exclusivamente para compor as fichas toponímicas da tese da qual essa pesquisa constitui-se como recorte.

O item “dados” está subdividido em outros dois: oficial/imagem e placas. Em “oficial/imagem”, apresentou-se o nome que o logradouro recebe oficialmente na lei e na imagem do mapa. Em “placas”, são apresentadas as fotos das placas que contêm o(s) nome(s) dos logradouros. Alguns logradouros não apresentam placas, o que, muitas vezes, dificulta a identificação deles.

Mais abaixo, na ficha, no penúltimo subitem, apresentou-se os “dados biográficos”, onde há a biografia das pessoas que emprestam seus nomes aos logradouros.

Em “fontes”, o último item da ficha, apresentou-se as fontes bibliográficas que foram consultadas.

Segue abaixo, para exemplificar, umas das fichas que compõem o trabalho.

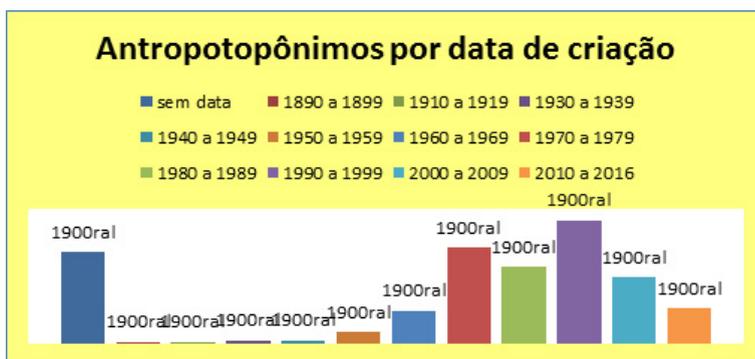
FIGURA 1 – Ficha Toponímica

INFORMAÇÕES SOBRE O LOGRADOURO		
<p><b>Nome oficial na lei municipal:</b> Rua Repórter Luiz Quirino</p> <p><b>Nome anterior:</b> -----</p> <p><b>Localização:</b> Bairro Chácara Vasconcelos – Ponte Nova – MG</p>	<p><b>Legislação:</b> Lei 2.100/1996</p>	 <p>Fonte: Jornal <i>Folha de Ponte Nova</i>, 27 ago. 1989</p>
<p>IMAGEM DO MAPA</p>	<p>FOTO(S) DA(S) PLACA(S)</p>	<p>FOTO DO LOGRADOURO</p>
	<p>Placas não encontradas.</p>	

DADOS	
OFICIAL/IMAGEM	PLACAS
Rua Repórter Luiz Quirino	Placas não encontradas.
<p><b>DADOS BIOGRÁFICOS:</b>                      “José Luis Quirino da Silva, radialista, começou sua carreira profissional em 1984. A passagem foi rápida. Depois retornou em 1985, durante a realização do Campeonato Regional da Liga. Sua carreira teve início na área esportiva e sua ascensão jornalística foi meteórica, altamente qualificada. Em 1986, ingressou na Rádio Visão na qual passou a cobrir todas as áreas jornalísticas, notabilizando-se na área política. Em 1988, fundou a Associação de Imprensa com Gina Costa, Domingos Martins, Alfredo Padovani, Ricardo Motta, Marcos Dias, Geraldo Jannus e outros nomes da época. Ele foi o primeiro presidente da entidade. Em 1989, saiu da rádio para assumir a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, no governo Antônio Bartholomeu, no qual ficou por apenas dois meses, tendo sido assassinado brutalmente em 26 de julho de 1989, exatamente no dia em que completava 23 anos de idade. Foi também atleta do Colégio Municipal.” (Exposição de motivos – Projeto de Lei nº 17/1996)</p>	
<p><b>FONTES:</b> <a href="http://www.camarapontenova.com.br/ler_legislacao.asp?id=1177">www.camarapontenova.com.br/ler_legislacao.asp?id=1177</a>  <a href="https://www.google.com.br/maps/@-20.4133632,-42.9046524,18z">https://www.google.com.br/maps/@-20.4133632,-42.9046524,18z</a></p>	

A primeira análise realizada foi organizar os antropotopônimos de acordo com a data de criação de cada um deles.

GRÁFICO 1 – Antropotopônimos por data de criação



Fonte: Santos (2017)

Pode-se observar que foram os anos 90 a época em que mais foram criados logradouros, totalizando 92 leis, seguidos dos anos 1970, com 72; dos anos 1980, com 57; em 2000, foram criados 50 logradouros; em 1960, 27; em 2010, 24; nos anos 1950, houve a criação de 9 logradouros; em 1930 e 1940, 3 em cada década; em 1800, 2; e, em 1910, 2. Faz-se importante ressaltar que 68, dos 410 logradouros componentes do *corpus* da pesquisa, ou seja, cerca de 16% dos logradouros não tiveram suas leis ou decretos de criação encontrados. Não foram encontradas explicações para esse fato, acredita-se que ou essas leis perderam-se com o tempo ou realmente elas nunca foram criadas.

Quando analisados de acordo com o gênero, chegou-se ao resultado de que apenas 42 logradouros do total representados por antropotopônimos ponte-novenses possuem nomes que se referem a pessoas do sexo feminino. O gráfico abaixo apresenta esses dados em números percentuais:

GRÁFICO 2 – Antropotopônimos distribuídos por gênero



Fonte: Santos (2017)

Pode-se perceber que são poucas as mulheres que tiveram seus nomes perpetuados em logradouros na cidade de Ponte Nova.

Miranda (2016) atenta para o fato de que juridicamente, os nomes de pessoas só podem ser mudados em casos específicos; porém, o autor discute se esse cuidado é estendido aos nomes de lugares. Em seu artigo, o estudioso mostra que vários autores da literatura brasileira

já se preocupavam com uma questão, a qual ele chama de “mutilação toponímica”.

Na pesquisa, a análise correspondente à mudança antrotoponímica foi realizada levando em consideração quatro grupos: i) logradouros de mudaram de letras para nomes; ii) de números para nomes; iii) de nomes para nomes; iv) aqueles que não tiveram alteração.

GRÁFICO 3 – Antrotopotônimos e a mudança de nomes



Fonte: Santos (2017)

Pode-se observar, por meio do gráfico acima, que praticamente a metade dos logradouros, 48%, não teve seu nome alterado, esses dados levam à conclusão de que a cidade de Ponte Nova respeita a sua memória toponímica. Essa afirmação pode se corroborada pelo fato de que apenas 6%, ou seja, 26 logradouros tiveram sua nomenclatura alterada de nome para nome. Vale ressaltar que 46% dos logradouros tiveram seu nome alterado de letra para nome ou de número de para nome. Uma justificativa para essa alteração deve-se ao fato de que quando os bairros são criados, primeiramente, os logradouros são identificados por letras ou por números, posteriormente é que são criadas as leis que dão nomes a eles.

Foi realizada uma análise comparativa entre os nomes grafados nas placas e aqueles tidos como oficiais, pois são os que se encontram nas leis ou decretos de criação do logradouro, foram encontrados 40 logradouros que sem encaixam nesse caso. A análise distribui esses antrotopotônimos em quatro grupos, sendo eles:

- i) antropotopônimos que, nas placas, apresentam o nome abreviado. A título de exemplo, tem-se o logradouro denominado **Rua Alexandre Claudino dos Santos**, que, na placa, apresenta-se como Rua Alexandre C. dos Santos, conforme Fotografia 1:

FOTOGRAFIA 1



Fonte: Santos (2017)

- ii) antropotopônimos que, nas placas, tiveram excluído o título que acompanha os nomes individuais, ou seja, não são apresentados nas placas como axiotopônimos. Para exemplificar, tem-se o logradouro **Avenida Doutor Caetano Marinho** que, na placa, recebe a nomenclatura sem o título de Doutor.

FOTOGRAFIA 2



Fonte: Santos (2017)

- iii) antropotopônimos que se apresentam nas placas os títulos que acompanham os nomes individuais, mas que não estão presentes na nomenclatura oficial. Como exemplo, apresenta-se o logradouro **Rua Mário Fontoura**, na placa, tem-se o título de Professor acompanhando o nome.

FOTOGRAFIA 3



Fonte: Santos (2017)

- iv) antropotopônimos que apresentam variação gráfica entre o nome oficial e o que está escrito nas placas. Pode-se exemplificar com o logradouro denominado **Rua Eloy Fraga**, pois na placa está grafado de forma diferente daquela que corresponde ao nome oficial.

FOTOGRAFIA 4



Fonte: Santos (2017)

Cerca de 15% dos logradouros, ou seja, 65 antropotopônimos, não tiveram sua biografia encontrada. Faz-se importante que esse resultado seja ressaltado, pois, se os fatos culturais de uma região podem ser preservados por meio dos estudos onomásticos, a biografia do homenageado seria uma importante informação, pois, conforme Dick (1990, p. 123), Antroponímia e Toponímia “atuam como formas conservadoras da ‘memória’ do núcleo, que se faz presente nos estágios denominativos, de diversas origens e causas”.

Durante a análise dos dados, observou-se que a classificação proposta por Dick (1990) não seria suficiente para abarcar todo o corpus. Para a autora, é preciso que se entenda que existe um vínculo entre o objeto nomeado e seu nomeador, que assim “remeterá aos estudos das motivações da nomenclatura geográfica”. Dessa maneira, os fatores ambientais, nos vieses, tanto físico quanto antropocultural, compõem “o cenário propício ao jogo dos interesses humanos, em que as percepções sensoriais e as manifestações psíquicas brotam como fontes geradoras dos nomes” (DICK, 1990, p. 25).

Dick (1990, p. 31) apresenta uma proposta de classificação taxionômica dos topônimos contendo 27 taxes, divididas, de acordo com a natureza motivacional, em dois grandes grupos – sendo 11 taxes de natureza física que caracterizam o ambiente, abarcando os seus aspectos de formação – córregos, rios, árvores, animais etc. (Astrotopotônimos; Cardinotopônimos; Cromotopônimos; Dimensiotopônimos; Fitotopônimos; Geomorfotopônimos; Hidrotopônimos; Litotopônimos;

Meteorotopônimos; Morfotopônimos; Zootopônimos) e 16 de natureza antropocultural que caracterizam as manifestações sociais, psíquicas e culturais do homem, no meio em que vive, abarcando sentimentos, nomes de cunho religioso, títulos, nomes próprios, nomes de países, estados, cidades etc (Animotopônimos ou nootopônimos; Antropotopônimos; Axiotopônimos; Corotopônimos; Cronotopônimos; Ecotopônimos; Ergotopônimos; Etnotopônimos; Dirrematotopônimos; Hierotopônimos; Historiotopônimos; Hodotopônimos ou Odotopônimos; Numerotopônimos; Poliotopônimos; Sociotopônimos; Somatotopônimos).

Pode-se perceber que, de acordo com a proposta apresentada por Dick (1990), os logradouros que recebem nomes de pessoas podem ser distribuídos em três grupos: antropotopônimos, axiotopônimos e historiotopônimos.

Os antropotopônimos são os topônimos relativos aos nomes próprios individuais, sem títulos ou qualquer outra identificação que não seja, apenas, o nome da pessoa. A pesquisa na cidade de Ponte Nova apresentou 321 dados que se encaixam nessa classificação. Para exemplificar:

- Avenida Abdalla Felício
- Praça Nilson Gomes Quaresma
- Rua Orlando Geraldo
- Rua Paulo Gomes
- Rua Rosa Maria Guimarães

Os axiotopônimos constituem-se daqueles topônimos que carregam nomes próprios de pessoas que se fazem acompanhar dos títulos e dignidades que os antecedem. A pesquisa apresentou 70 logradouros que se ajustam nessa classificação. Para exemplificar:

- Rua Barão do Pontal
- Rua Capitão Manoel
- Rua Carteiro Tarcísio Inácio
- Rua Professora Inhá Torres
- Avenida Vereador João Evangelista de Almeida
- Rua Vigário João Paulo

Os historiopotônimos são aqueles relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes (DICK, 1990). A título de exemplo:

- Rua Carlos Gomes
- Rua Cláudio Manoel da Costa
- Travessa Tiradentes

A pesquisa apresentou uma nova proposta que consiste em classificar, primeiramente como antropopotônimos, todos os logradouros que recebem nomes de pessoas e depois subdividi-los em axiotopônimos e historiopotônimos, pois, se todas as taxes anteriormente citadas referem-se a antropônimos, não poderiam elas se agruparem em uma taxe de antropopotônimos que englobaria as demais taxes?

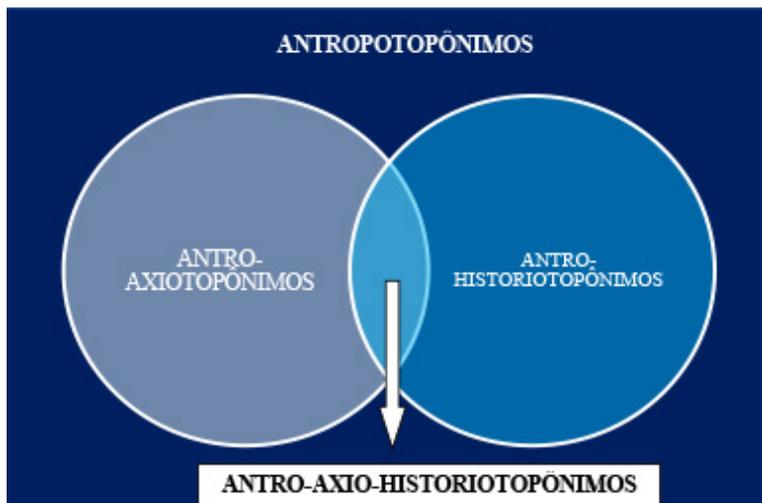
Tal questionamento justifica-se uma vez que antes de uma pessoa receber um título como doutor, padre, coronel etc., ela já era conhecida por seu nome de batismo. O mesmo se dá com os historiopotônimos: antes de se destacar como um personagem histórico havia um nome que se referia a um cidadão comum.

Dessa forma, a nova proposta de classificação ficou assim definida:

- Antropopotônimos;
- Antropo-axiotopônimos;
- Antropo-historiotopônimos;
- Antropo-axio-historiotopônimos.

A Figura 2 abaixo permite uma melhor visualização da nova proposta de classificação da taxe dos antropopotônimos:

FIGURA 2 – Nova classificação taxonômica dos antropotopônimos



Fonte: Santos (2017)

Pela figura acima, pode-se melhor compreender a nova proposta apresentada. O conjunto maior é composto pelos antropotopônimos em geral, ou seja, todos os logradouros que possuem nomes de pessoas. Essa classificação vai ao encontro daquela proposta por Dick (1990), que considera como **antropotopônimos** os logradouros que carregam nomes de pessoas. Tais como:

- Avenida Adriano Fonseca Filho
- Praça Afonso Lopes Ribeiro
- Travessa Custódio Rodrigues Lopes

O círculo da esquerda é composto pelos logradouros que carregam nomes de pessoas e que são precedidos por um título ou designativo, por isso **antro-axiotopônimos**. Essa classificação não foi abordada por Dick (1990), pois a autora considera esses logradouros apenas como axiotopônimos. Nesta pesquisa, a proposta é justamente unir os antropotopônimos soa axiotopônimos, pois primeiramente, antes de receber um título, o nome faz referência a uma pessoa. Para exemplificar:

- Rua Dr. Antônio Brant Ribeiro
- Rua Major Soares
- Rua Padre Alcides Lanna
- Rua Vigário João Paulo

No grupo da direita estão contidos os logradouros que carregam nomes de pessoas que tiveram seus feitos registrados na história dos estados ou do país, e, então, foram denominados de **antropo-historiotopônimos**. Essa classificação também não foi assim definida por Dick (1990), pois a autora considera esses logradouros apenas como historiotopônimos junto a outros que também fazem referência a fatos históricos, tais como datas ou movimentos importantes. Nesta pesquisa, a proposta é justamente unir os antropotopônimos aos historiotopônimos, pois primeiramente, antes de ser um personagem histórico, o nome faz referência a uma pessoa. Para exemplificar:

- Rua Domingos Vidal Barbosa
- Avenida Getúlio Vargas
- Rua Luiz Carlos Prestes
- Rua Olegário Maciel

Na intercessão entre os antropo-axiotopônimos e os antropo-historiotopônimos, temos aqueles logradouros que além de homenagear pessoas, homenageiam também o papel histórico exercido por elas. Esses receberam, então, a classificação de **antropo-axio-historiotopônimos**. Essa classificação não foi abordada por Dick (1990), pois a autora, como visto anteriormente, considera esses logradouros em separado, ou como antropotopônimos, ou como axiotopônimos, ou como historiotopônimos. Neste trabalho, a proposta é unir os antropotopônimos aos axiotopônimos e aos historiotopônimos, pois, primeiramente, antes de receber um título ou de ser um personagem histórico, o nome faz referência a uma pessoa. Para exemplificar:

- Avenida Dr. Arthur Bernardes
- Rua Imperatriz Leopoldina
- Rua Marechal Deodoro
- Rua Presidente Antônio Carlos

## Considerações finais

Estudos toponímicos possibilitam, por meio da análise dos nomes próprios de lugares, o resgate linguístico, histórico e social do nome, pois o topônimo traz uma grande carga significativa, que permite estudar questões de cunho geopolítico, sociocultural e sócio-histórico.

Neste artigo, o principal objetivo foi apresentar, por meio de um recorte de um estudo linguístico, o léxico toponímico urbano da cidade de Ponte Nova - MG, analisando, dentre o total de logradouros públicos que há na cidade, os nomeados por antropônimos, uma nova classificação para essa taxa.

Apontou-se, inicialmente, que o trabalho está vinculado ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – que utiliza, como instrumento de classificação toponímica, as categorias taxionômicas sugeridas por DICK (1990), que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil.

Uma nova proposta de classificação antrotoponímica foi apresentada. Os antrotopônimos foram classificados de acordo com o que Dick (1990) propõe, ou seja, inserem-se, nessa classificação, os logradouros que têm nomes de pessoas. Nos antro-axiotopônimos, foram classificados os antrotopônimos que são precedidos por um título, como, por exemplo, doutor, padre, professor. Nos antro-historiotopônimos, estão os logradouros que são considerados por Dick (1990) apenas como historiotopônimos. São aqueles que levam nome de pessoas que marcaram a história do Estado ou do país. E, para finalizar, os antro-axio-historiotopônimos, como o próprio nome sugere, são os logradouros que fazem referência a nomes de pessoas precedidos por um título e que também são considerados historiotopônimos.

## Referências

AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa Revista de Linguística*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 63-82, 2011.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande (MS): Editora da UFMS, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP, n. 2, p. 81-118, 1998.

CARVALHO, A. P. M. A. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 823f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990.

FILGUEIRAS, Z. F. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. 349f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Google.com.br/maps/@-20.4133632,-42.9046524,18z. Acesso em: 8 fev. 2017.

ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. v.1.

MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie*. Domaine français. Paris: Didier, 1953.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Patrimônios culturais, nomes de lugares também devem ser preservados. *Revista Consultor Jurídico [online]*, out. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-out-08/ambiente-juridico-patrimonios-culturais-nomes-lugares-tambem-preservados>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RAMOS, R. T.; BASTOS, G. R. Onomástica e possibilidades de releitura da história. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, UNISUAM, ano 15, n. 30, p. 86-92, ago. 2010.

SANTOS, G. C. S. *Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*. 2017. 686f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SAPIR, E. *Selected writings of Edward Sapir*. Berkeley: University of California Press, 1947.

SEABRA, M. C. T. C. de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo*. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.